



ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA
DE RORAIMA

Independente e mais perto de você

DIÁRIO

DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 06 de Setembro de 2017.

Edição 2599 | Páginas: 12

7ª LEGISLATURA | 54º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA
PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAÍAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:

- a) Deputada Angela Águida Portella - PSC;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputado Brito Bezerra - PP;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS; e
- e) Deputado Marcelo Cabral - PMDB.

Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:

- a) Deputado Soldado Sampaio - PC do B;
- b) Deputado Odilon Filho - PEM;
- c) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- d) Deputado Coronel Chagas - PRTB; e
- e) Deputado Jorge Everton - PMDB.

Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:

- a) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Educação, Desportos e Lazer:

- a) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Cultura e Juventude:

- a) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- b) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Saúde e Saneamento:

- a) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- b) Deputado Chico Mozart - PRP;
- c) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- d) Deputado Masamy Eda - PMDB; e
- e) Deputado Valdenir Ferreira - PV.

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:

- a) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- b) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- c) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputada Ângela Águida Portela - PSC.

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:

- a) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- e) Deputado Izaías Maia - PT do B; e
- f) Deputado Soldado Sampaio - PC do B.

Comissão de Tomada de Contas:

- a) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- b) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- c) Deputado Flamarion Chagas - PRTB;
- d) Deputado Brito Bezerra - PP; e
- e) Deputado Jânio Xingu - PSL.

Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:

- a) Deputado Izaías Maia - PT do B;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Flamarion Portela; PDT
- d) Deputado Odilon Filho - PEM; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:

- a) Deputado Zé Galeto - PRP;
- b) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- c) Deputada Aurelina Medeiros - PTN;
- d) Deputado George Melo - PSDC; e
- e) Deputado Gabriel Picanço - PRB.

Comissão de Políticas Indigenistas:

- a) Deputado Gabriel Picanço - PRB;
- b) Deputado Dhiego Coelho - PSL;
- c) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- d) Deputado Soldado Sampaio - PC do B; e
- e) Deputado Evangelista Siqueira - PT.

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

- a) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- b) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- c) Deputado George Melo - PSDC;
- d) Deputado Jânio Xingu - PSL; e
- e) Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:

- a) Deputado Brito Bezerra - PP;
- b) Deputado Joaquim Ruiz - PTN;
- c) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
- e) Deputado Masamy Eda - PMDB.

Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:

- a) Deputado Dhiego Coelho - PTC;
- b) Deputado Zé Galeto - PRP;
- c) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- d) Deputado Odilon Filho - PEN; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:

- a) Deputado Mecias de Jesus - PRB;
- b) Deputado Jânio Xingu - PSL;
- c) Deputado Marcelo Cabral - PMDB;
- d) Deputado Naldo da Loteria - PSB; e
- e) Deputado Joaquim Ruiz - PTN.

Comissão de Viação, Transportes e Obras:

- a) Deputado Flamarion Portela; PDT
- b) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- c) Deputado Masamy Eda - PMDB;
- d) Deputada Angela Águida Portella - PSC; e
- e) Deputado Naldo da Loteria - PSB

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:

- a) Deputado George Melo - PSDC;
- b) Deputado Jorge Everton - PMDB;
- c) Deputado Coronel Chagas - PRTB;
- d) Deputada Lenir Rodrigues - PPS;
- e) Deputado Brito Bezerra - PP;
- f) Deputada Aurelina Medeiros - PTN; e
- g) Deputado Mecias de Jesus - PRB.

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:

- a) Deputado Valdenir Ferreira - PV;
- b) Deputado Evangelista Siqueira - PT;
- c) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
- d) Deputado Chico Mozart - PRP; e
- e) Deputado Zé Galeto - PRP.

Comissão de Ética Parlamentar:

- a) Deputado Odilon Filho - PEM;
 - d) Deputado Naldo da Loteria - PSB;
 - c) Deputado George Melo - PSDC;
 - d) Deputado Zé Galeto - PRP; e
 - e) Deputado Izaías Maia - PT do B.
- Suplentes:
1º - Deputado Joaquim Ruiz - PTN; e
2º - Deputado Flamarion Portela - PDT.

SUMÁRIO

Superintendência Legislativa

- Projeto de Lei nº 105/2017	02
- Ata da 2627ª Sessão Ordinária - Sucinta	03
- Ata da 2607ª Sessão Ordinária - Íntegra	04
- Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final - Termo de Reunião nº 004/2017	11

Superintendência Administrativa

- Resolução nº 322/2017	12
- CPL - Pregão Presencial nº 027/2017	12
- CPL - Certidão de Dispensa de Licitação nº 015/2017	12

Superintendência de Gestão de Pessoas

- Resolução nº 4142/2017	12
--------------------------	----

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR

Site: <http://www.al.rr.leg.br>

Fone: 4009-5584

E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS

Gerente de Documentação Geral

CARLOS EBER MONTEIRO COSTA

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA

Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, respeitando horários e formatos estabelecidos no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 105, DE 2017

Disciplina a cobrança e a interrupção no fornecimento de água e energia elétrica, por falta de pagamento, pelas prestadoras de serviços públicos concedidos no âmbito do estado de Roraima e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Assembleia Legislativa aprovou e ela sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - As empresas concessionárias dos serviços de abastecimento de água e energia elétrica no estado de Roraima ficam obrigadas a observar os seguintes procedimentos nas cobranças de débitos e nas interrupções dos fornecimentos dos serviços, por falta de pagamento:

I – antes de proceder a interrupção do fornecimento dos serviços, a concessionária deverá notificar o consumidor, por escrito, com antecedência mínima de 30 dias, para liquidar ou parcelar o débito, nas condições estabelecidas nesta Lei;

II – A interrupção do fornecimento dos serviços, pela não regularização dos débitos no prazo estabelecido no inciso anterior, não poderá ocorrer nas sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados e pontos facultativos;

III – Em nenhuma hipótese a interrupção dos serviços poderá ocorrer após as 18 horas;

IV – No momento da interrupção dos serviços, a concessionária deverá expedir notificação na qual conste a data e o horário em que o fornecimento foi interrompido;

V – As concessionárias poderão executar judicialmente os débitos, em caso de não quitação em via administrativa.

Parágrafo único - Para fins de negociações de débitos, fica estabelecido o parcelamento em até 06 parcelas, devendo a primeira parcela ser paga no ato da negociação e as demais junto às faturas mensais.

Art. 2º - A inobservância das disposições desta Lei ensejará responsabilização material e moral às concessionárias, nos termos do Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo da imposição das sanções previstas no art. 71 aos seus administradores.

Art. 3º - Revoga-se a Lei 262, de 23 de junho de 2000, e as demais disposições em contrário.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.
Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2017.

MASAMY EDA

Deputado Estadual

Justificativa

O presente projeto tem por objetivo proteger os consumidores roraimenses contra a interrupção abusiva dos serviços de água e energia elétrica, por falta de pagamento, em dias que não seja possível proceder a regularização dos débitos e do fornecimento dos serviços.

Não se pretende, por meio deste projeto de lei, impedir que as fornecedoras de serviços públicos concedidos pelo estado de Roraima procedam a interrupção da prestação dos serviços públicos como forma de compelir os usuários e pagar pontualmente os valores devidos, o que se pretende, de fato, é impedir que a interrupção ocorra em dias que não são possíveis tais regularizações, obrigando os consumidores a permanecer por longos períodos sem o serviço, considerados de extrema importância e essenciais à dignidade humana.

Isto por que tal medida, quando adotada nos dias especificados, deixa de ser legítima e passa a ser arbitrária, na medida em que prejudica não só famílias, como também os comércios locais dos mais variados segmentos.

Neste sentido, cabe ressaltar que os Estados-Membros são competentes para legislar sobre defesa do consumidor, bem como sobre os serviços concedidos pelo Estado.

Art. 24 da CF/88 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

VIII - **responsabilidade por dano** ao meio ambiente, ao **consumidor**, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Cabe, por fim, ressaltar que a matéria tratada neste projeto de lei

não esta elencada dentre as hipóteses taxativamente expressas nos incisos do art. 63 da Constituição Estadual, reservadas exclusivamente ao Governador do Estado. Pelo contrário, esta elencada dentre as competências legislativas da Assembleia, no inciso VII do art. 32 da Constituição Estadual.

Art. 32 – Cabe à Assembleia Legislativa, com sanção do Governador, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente sobre:

VII – Normas gerais sobre exploração de serviços por particulares, sua concessão, bem como a fixação de tarifas e preços, atendendo sempre a continuidade do serviço e a modicidade da retribuição pela execução.

Desta forma, não há qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material que inviabilize a tramitação e aprovação desta matéria, assim apresento o presente projeto para análise e deliberação dos nobres pares.

Boa Vista – RR, 30 de agosto de 2017

MASAMY EDA

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIAS - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA SEXCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUINQUAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SÉTIMA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

Às nove horas do dia vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima vigésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo quarto período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão solicitando ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado **Marcelo Cabral**, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário, Deputado **Naldo da Loteria**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:** Ofício nº 1334, de 23/08/17, do Secretário-Chefe Adjunto da Casa Civil, encaminhando cópia do SESAU/GAB/OFÍCIO nº 2473/17, com informações prestadas em relação às Indicações nº 172 e 190/17, de autoria do Deputado Masamy Eda. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Projeto de Lei s/nº, de 01/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “dispõe sobre a Lei de incentivo à formação política e participação da juventude roraimense no processo legislativo estadual e nas políticas públicas estaduais, conforme assevera o artigo 14 da Carta Magna Brasileira vigente”; Projeto de Lei s/nº, de 01/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, que “dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de oferecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual – EPI - para agricultor familiar e/ou trabalhador rural que esteja constantemente exposto a produtos perigosos”; Projeto De Lei Complementar s/nº, de 22/08/17, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que altera o artigo 4º, inciso II, da Lei 1.109, de outubro de 2016; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para reforma e ampliação da Escola Barbosa de Alencar, localizada na Vila São José, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para construção de um posto policial e efetivação de policiais militares na Vila São José, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 05, Confiança 03, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para aquisição de bomba elétrica para o fornecimento de água na Escola José Aureliano, localizada na sede do Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para implantação da rota de transporte escolar nas vicinais 17, 19 e 21, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para recuperação da Vicinal 21 - Projeto Pau Rainha, na BR 432, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para construção do muro da Escola Barbosa de Alencar, localizada na Vila São José, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para reforma e ampliação da Escola Barbosa de Alencar, localizada na Vila São José, Município de Cantá-RR; Indicação s/nº, de 21/08/17, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros, encaminhada ao Governo do Estado, para recuperação da caixa d'água da Escola Barbosa de Alencar, ou construção de uma nova, considerando o estado precário em que a mesma se encontra, localizada no KM 20, Vila São José, Município de

Cantá-RR; Memorando nº 032, de 23/08/17, de autoria do Deputado Joaquim Ruiz, comunicando seu afastamento no período de 29 de agosto a 11 de setembro do corrente ano; Memorando nº 068, de 23/08/17, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 22 de agosto do corrente ano; Memorando nº 067, de 24/08/17, de autoria da Deputada Angela Águida Portella, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 de agosto do corrente ano; Memorando nº 046, de 24/08/17, de autoria do Deputado Valdenir Ferreira, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 de agosto do corrente ano; Memorando nº 064, de 24/08/17, de autoria do Deputado Marcelo Cabral, informando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 de agosto do corrente ano; Memorando nº 060, de 24/08/17, de autoria do Deputado Brito Bezerra, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 24 de agosto do corrente ano. **DIVERSOS:** Ofício nº 393, de 24/08/17, da Secretaria de Estado de Articulação Municipal e Política Urbana – SEAMPU, convidando a participar da VI Conferência Estadual das Cidades de Roraima; Representação s/nº, de 23/08/17, da Associação dos Moradores e Chacareiros da Vila Primavera do PA do Alto Arraia e Adjacências – ASSOMVIPA, ao Presidente da Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial desta Augusta Casa, para reunião e assinatura de Termo de Ajuste de Conduta. **GRANDE EXPEDIENTE:** O Senhor Deputado **Jalser Renier** iniciou seu pronunciamento manifestando sua satisfação em voltar a presidir as sessões desta Casa, destacando que sempre respeitou a justiça e confiou em Deus e nas pessoas que acreditaram no seu potencial. Continuando, fez uma retrospectiva desde o seu primeiro mandato nesta Casa, destacando que sempre se pautou pela humildade e respeito ao próximo, procurando trabalhar em prol do desenvolvimento do Estado e do bem-estar da população. Enfatizou que passou por muitas dificuldades, mas, mesmo no fundo do poço, nunca perdeu a esperança e sempre acreditou na justiça dos homens e teve Deus como seu maior aliado. Prosseguindo, agradeceu aos amigos, aos Senhores Deputados, ao Senador Romero Jucá, Rose Jucá, Prefeita Tereza Surita e aos seus familiares pelo apoio que recebeu enquanto aguardava decisões judiciais. Em seguida, falou da importância dos projetos que estão sendo realizados por este Poder, destacando o Projeto Abrindo Caminhos, que atende milhares de crianças com diversas modalidades esportivas e que oferece à população diversos cursos e o Projeto ALE ao seu alcance, que abrangerá todos os municípios do Estado. Após, manifestou solidariedade aos familiares da servidora France Teles, que faleceu no último dia dezoito, destacando sua competência e dedicação a esta Casa. Finalizou destacando que só através da união de todos, os novos desafios enfrentados pelo Estado serão resolvidos, o que permitirá que Roraima volte a se desenvolver economicamente e agradeceu o apoio de todos que acreditam que Roraima não pode parar. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente **Jalser Renier** anunciou para pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 040/17, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas do Município de Rorainópolis que indica e dá outras providências”, de autoria de vários deputados; Projeto de Decreto Legislativo nº 008/17, que “concede a Comenda Orgulho de Roraima ao Desembargador Audaiphil Hildebrando da Silva e dá outras providências”, de autoria do Deputado Flamarion Portela; e, Requerimento nº 072/17, que “requer realização de Audiência Pública, às 9 horas do dia 25 de setembro do corrente ano, para tratar do tema Setembro Amarelo, visando discutir ações que reduzam os índices de suicídio no Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Evangelista Siqueira. Em seguida, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão para que a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final e a Comissão Especial pudessem analisar e emitir pareceres às matérias constantes na Ordem do Dia. Após o tempo estipulado, o Senhor Presidente reabriu a Sessão e solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 040/17, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Continuando, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário que procedesse à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/17, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. Dando prosseguimento, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 072/17, que, colocado em discussão e votação simbólica, foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** Não houve. E, não havendo mais nada a tratar, às 11h48min, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 30, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Angela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Soldado Sampaio e Zé Galetto.**

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA

ATA DA 2607ª SESSÃO, EM 31 DE MAIO DE 2017.

53º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia trinta e um de maio de dois mil e dezessete, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima sexcentésima sétima Sessão Ordinária do quinquagésimo terceiro período Legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, **Chico Mozart** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Convido à Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária Deputada Lenir Rodrigues, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária **Lenir Rodrigues** – Lida a Ata.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento s/nº, de 30/05/17, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo transformação da sessão plenária em Comissão Geral, no dia 22 de junho do corrente ano, às 10h, para a realização de audiência pública constante em Requerimento protocolado no dia 30/05/17, referente à Dependência Química.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Solicito ao senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** - Proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Bom dia, Presidente! Bom dia, Deputados, e bom dia ao povo. Quero fazer mais uma vez só um alerta antes que a tragédia e as mortes comecem a acontecer, já venho alertando há muito tempo e pedindo harmonia e paz no sistema prisional, que o governo cumpra sua parte dando aos detentos aquilo que lhes é de direito e os detentos cumpram sua pena, assim, a paz reinará no sistema prisional. Detentos escapam das celas e tentam matar agentes na PA. Os agentes penitenciários que estavam de plantão na PA na madrugada de ontem foram atacados por presos que escaparam das celas. Segundo o agente penitenciário, a intenção dos presos era de tomar o presídio. Um agente penitenciário falou em entrevista: “Estamos em um momento tenso e a sociedade precisa saber o que está acontecendo aqui dentro”, disse um agente penitenciário. Os presos fizeram um buraco na muralha, ou seja, outro buraco em uma área que fica atrás do refeitório dos agentes para tentar surpreendê-los. Só não aconteceu porque os policiais militares conseguiram conter os detentos. E com toda certeza aconteceria violência, enfrentamento ou morte. Quando falo do sistema prisional, para que cada um cumpra sua parte, é porque se os detentos que estão ali dentro fugirem, vão se vingar na sociedade e como sabemos, já tem até lista de pessoas no rumo da morte, que podem vir a ser assassinadas, morre autoridades também. Mas parece que ainda não estão dando a importância necessária e não estão confiando na força dos comandos criminosos que existem no País. Por enquanto só morreram 56 em Manaus, 43 aqui, mas 60 e poucos no Rio Grande do Norte e parou por aí. Só dizem que vão resolver e até agora nada, só muita conversa e se a briosa polícia militar não tivesse interferido ontem, a ação poderia ter resultado na morte dos agentes penitenciários que se encontravam na PA. A violência acontece dentro da PA e vem para o meio da sociedade também. É só mais um alerta que faço. E antes que digam que estou defendendo os bandidos, vou dizer que estou defendendo a sociedade, porque na hora em que os bandidos estiverem aqui fora armados e mandando meio mundo para o inferno, aí vão acreditar nas minhas palavras e no alerta que estou dando. Gostaria de falar de novo sobre a energia, os apagões aconteceram durante todo o final de semana e em 49 dias de confusão na Venezuela já morreram 48 pessoas e a Venezuela é um País à beira de uma convulsão geral, à beira de uma guerra civil. Pessoas estão sendo assassinadas a

mando da presidência do País, que está dispersando manifestantes com carros lança-chamas. E, o Presidente Maduro para se vingar do Brasil que assinou a carta de afastamento da Venezuela do Mercosul, para não chamar muito atenção e afirmar que é uma vingança, disse que não tem como fazer manutenção na linha de transmissão energética que vem de Guri para o estado de Roraima. Na categoria, ele tirou de tempo nosso estado porque não tem dinheiro, o País não tem papel higiênico imagina se tem dinheiro para fazer a manutenção da linha de transmissão. Então, o povo que fique alerta porque a qualquer momento teremos um apagão geral. Estou falando isso há muito tempo e ninguém dá importância. O pessoal está pensando é em 2018, saírem candidatos a vários cargos eletivos e vão se eleger políticos de um Estado que não tem nem energia e aí a situação se complica. Então, vamos pedir união e vamos lutar por essa energia, porque até agora só muita conversa, nenhuma ação concreta e eu pergunto até as autoridades que tenha conhecimento de alguma coisa que possa está sendo feita em Brasília com relação à energia, que ajam com rapidez porque o Linhão Nacional do Tucuruí está despachado porque se forem mexer, leva no mínimo 5 anos e essa crise da Venezuela daqui mais uns 6 meses, um ano, vocês vão ver a confusão e nós aqui na escuridão. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **George Melo** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados neste plenário, imprensa. Estou ocupando a tribuna nesta Casa para mais uma vez denunciar uma ida minha ao interior do Estado.

Estive esse final de semana em Iracema, em Campos Novos. Campos Novos, Deputados, é um dos municípios mais próximos deste Estado. Visitei a comunidade, as vicinais e me surpreendi com o abandono daquela cidade. Infelizmente, esse abandono não se dá somente em Campos Novos, é generalizado. Olha, a Escola Estadual de Campos Novos não tem luz, e pasmem, Deputados Dhiego e Sampaio, é a terceira reforma naquela escola e as crianças, num dia de chuva como esse, não tem como ter aula porque escurece. Agora você imagina, Deputado Valdenir, as crianças que moram no Jarani, mais de 300 crianças estão sem aula, sabem por quê? Não digo nem a estrada que é péssima, cinco pontes estão intrafegáveis, cinco pontes que a água levou. Será possível que a governadora não vê isso? Será possível que quando você pega aquele orçamento de 3 bilhões e 500 milhões de reais? Ai vocês diz: Vou honrar meus compromissos e vou pagar minhas dívidas. Vou dar para a minha família parte desse dinheiro, mas eu vou olhar por aquelas pessoas que estão trabalhando de sol a sol para ter um pouco de dignidade, Deputado Izaías, Vossa Excelência que anda pelos interiores fazendo seu programa de rádio, tenho certeza de que Vossa Excelência também escuta isso. Aquelas crianças querem ter uma vida melhor do que a do pai dele, eles não estão pedindo muito, eles querem ter conhecimento tecnológico, porque o pai deles tem uma terra rica, mas eles precisam ter conhecimento e aí eles esperam de quem? Do Estado. Eu não acredito que esse Estado não tenha condição de reformar a parte elétrica de uma escola. Eu não acredito que um estado que tem um orçamento tão bom não consiga reformar uma ponte, porque se esse problema fosse só no Jarani, era muito fácil resolver. Mas é em toda Iracema, Mucajaí, Caracará, Rorainópolis, Alto Alegre, São Luiz, Baliza, talvez em Caroebe não, porque o Prefeito tem um pouco mais estrutura e está fazendo. O governo dá os pregos e eles fazem o resto, é a única forma de fazer nesse Estado. Agora, você deixar essas crianças serem penalizadas sem escola e as crianças que mesmo assim conseguem ir para aula, tem que estudar sem merenda. A criança tem que levar, além dos cadernos, tem que levar a boroca como eles chamam para comer um pouquinho. Quer dizer, nós do Estado de Roraima, estamos instituindo o estudante boia-fria. Olha gravidade, Senhoras e Senhores, por que passa as crianças do nosso Estado. Estamos transformando as nossas crianças do interior que moram nas vicinais de boias-frias, porque o Estado quando dá instalação, infelizmente não dá a merenda e quando dá a merenda é leite com feijão. Ora! Quem vai comer leite com feijão? Pois é, Deputado, o nordeste tem os boias-frias. Eu acho que nós estamos trazendo o que é de pior do nordeste para Roraima, depois de quase 30 anos de Estado, isso é motivo para chorar o que está sendo feito no nosso Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Gabriel e queria que fosse consignado em ata esse aparte do Deputado Gabriel, porque é um homem que veio da vida dura. O Deputado Gabriel não nasceu em berço de ouro. Um homem que veio do interior do Pará com extrema dificuldade, eu tenho certeza que ele vai se solidarizar com essas crianças porque é um absurdo. Chega a ser campo de concentração o estado que essas crianças estão sendo colocadas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, Deputado George, para lhe parabenizar. Não conheço a reforma das escolas do Apiaú, lhe confesso, mas sobre as estradas do Apiaú, onde a água tirou o aterro, eu conheço muito bem. Lá foram pessoas que tiraram madeira na região e as pontes como não aguentavam o peso das carretas

bitrem. Eles interditaram 07 pontes e com anuência dos colonos, que só vieram denunciar quando a ponte caiu, que a água jogou. Essa eu conheço muito bem, foi irresponsabilidade. Se eu fosse a governadora, eu mandava que eles fizessem a ponte que aterrava e jogaram a ponte de madeira e colocaram o aterro. Quanto ao que Vossa Excelência disse de que o Prefeito de Caroebe faz porque a governadora dá os pregos tudo bem, mas quero deixar claro para o conhecimento de Vossa Excelência, a ponte da Vicinal 34, no governo passado não foi licitado e olhe se não me engano, mandei levantar na Secretaria de Obras, que acredito que a empresa recebeu 600 mil reais e não terminou a ponte e essa mesma empresa que recebeu esses 600 mil reais está fazendo a ponte terceirizada pela empresa que ganhou. Eu mandei levantar na Secretaria de Obras, e consta uma ponte de 90 metros que a empresa recebeu se não me engano 600 mil reais e naquela confusão do final do governador Anchieta, ele não cumpriu com as coisas e não terminou a ponte. Então, era isso que eu tinha para engrandecer o seu pronunciamento.

O Senhor Deputado **George Melo** continua - Deputado Gabriel, quero lhe parabenizar pelo seu aparte, mas que lhe dizer que esse governo é tao perdido que eles não sabiam nem onde estavam ajudando quando ajudaram a fazer a ponte, porque disseram que era a ponte que ligava Caroebe à Usina de Jatapú e, na verdade, era na vicinal 34, quer dizer, nem o governo sabia. Esse governo é tao perdido que ele não sabe nem que o que está fazendo, quando faz, não sabe o que está fazendo. As estradas são uma vergonha, eu nunca vi, verdadeiros atoleiros. São atoleiros que essa população está vivendo, do Alto Alegre até a divisa com Manaus as estradas em péssimo Estado. Já se passam três anos que não é colocado uma máquina para passar a lâmina pelo menos, a gente sabe que é muito pouco para um Estado. Vai chegar uma hora que o povo vai se revoltar com esse governo. O povo não vai aguentar, porque quem vive na aqui na cidade vive o mesmo dilema, se você procurar alguma instituição do estado, ela é perversa coma população. Você vai no HGR não tem remédio, não tem material cirúrgico, não tem como fazer cirurgia. Agora, é impressionante como as notas saem, os pagamentos são efetuados, é impressionante, tem que ser uma auditoria muito incompetente para não perceber o desvio vultuoso que está acontecendo nesse Estado. A população está entregue. Eu não acredito que essa população trabalhadora, pacífica continue a aguentar tamanho desmando, desrespeito com a população. A gente anda na rua, a população pedindo para a gente visitar o HGR. A gente anda na rua, no supermercado, na feira, a gente é convidado para ir nas escolas. O que funciona neste Estado? Quando vamos para o interior, as pessoas, dizem: Deputado vamos ali ver a ponte que está caindo, que a água levou. Quer dizer, isso é um transtorno, sem falar na produção dos agricultores que vão ser perdas e essa pessoa não vai ter como cumprir com seus compromissos. Quer dizer, o trabalhador trabalha, mas não pode honrar seus compromissos, por quê? Porque o Governo não faz o mínimo. Nós tivemos um verão prolongado, poderíamos ter arrumado as vicinais, poderíamos ter arrumado as pontes. Ora! Com tanto de familiares que a governadora contratou no governo dela, não dava para ela colocar um familiar em cada ponte desse Estado, para saber se iria passar um caminhão bitrem? É um absurdo à população. Está nos deixando ilhados que esse governo está fazendo com a população que poderia começar um círculo novo nesse Estado de produção, de responsabilidade que essas pessoas terem orgulho de ser produtor no Estado. Quando a gente chega com as pessoas elas estão de olhos baixos, porque ele não sabe o que vai ter no final do mês e a gente abre o jornal, o governo dizendo que a grande mola propulsora desse Estado, que vai resolver os problemas do estado, são as casas próprias que eles vão fazer financiadas pela Caixa. Ah! Pelo amor de Deus, Senhora Governadora, tenha vergonha e deixe pelo menos esse dinheiro na conta, que a senhora não tem competência, porque competência a sua família já teve muita, parte desse dinheiro já está nos cofres da família, já está todo mundo bem, pare. Ninguém aguenta mais. Será possível que vai chegar um dia que vai ter 10 mil pessoas em frente dessa Assembleia pedindo clemência desses Deputados. Talvez essa população não agente 2018 para que a senhora saia desse palácio. Pelo amor de Deus, Governador, chame seus secretários, faça um plano de gestão e faça e comece agora pelo menos, já que a senhora não vai poder fazer isso para frente, deixe para o próximo governador, tenha um pouco de carinho com esse Estado, deixe um plano bem encaminhado, bem ordenado, não um estado como a senhora está nos deixando, sem vicinal, sem ponte, sem saúde, sem educação, sem transporte e sem esperança. A senhora está conseguindo tirar do povo de Roraima a coisa que ele tem de melhor que é o sonho de mudar esse estado. Eu quero deixar esse registro nessa manhã de hoje e eu falo isso com muita tristeza, porque eu queria muito que esse estado desse certo, que as pessoas pudessem trabalhar, infelizmente hoje o meu sentimento não é esse e eu quero deixar esse registro nessa manhã de hoje. Muito obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** - O que nos traz a esta Tribuna mais uma vez, é a questão da energia no interior do Estado. Eu já vim aqui em algumas oportunidades, para trazer a reclamação das pessoas que moram no interior do Município do Bonfim, nas comunidades da vila nova esperança, da Vilhena, vila São Francisco, das comunidades indígenas do município do Bonfim, vim também aqui também para falar do sofrimento das pessoas que vivem no interior do município do Amajari, com as constantes quedas de energia, isso nosso pronunciamento e, também a nossa solicitação em razão disso, o Procon Assembleia acionou a Eletrobras cobrando providências da Eletrobras que, passou a ser a responsável pela distribuição de energia no interior do estado. A Eletrobras respondeu à notificação, se comprometendo num prazo de 15 dias, solucionar os problemas, Deputado Odilon, Gabriel, os senhores que são deputados que vem do interior do estado e, entretanto isso não se verificou, a Eletrobras continua deixando a desejar, Deputado Jalser, Presidente dessa Casa, deixando a desejar para os consumidores do interior do estado, quando a CERR era uma concessão do Governo do Estado dado pelo Governo Federal, pelo Ministério das Minas e Energia, bem ou mal havia os problemas, mas imediatamente a CERR tinha a solução para os problemas que acontece no interior do estado, os problemas hoje, Deputado Jorge Everton, estão ocorrendo principalmente em razão do que a Eletrobras ao assumir a CERR e a responsabilidade pela distribuição da energia no interior do estado. Ela demitiu dezenas de técnicos da empresa, porque na gestão anterior, como acontecia cada vila tinha uma equipe de técnicos, uma viatura, quando havia uma queda de energia geralmente ocasionada principalmente no inverno. A queda de árvore em cima da rede, a equipe em quinze a vinte minutos resolvia, porque estava ali perto, mas quando a Eletrobras assumiu a responsabilidade. Ela demitiu, ela acabou com essas equipes nas vilas e nas comunidades indígenas e deixou apenas uma equipe centralizada, na sede dos municípios. É evidente que, quando cai, num estado como esse que tem apenas 15 sedes de Municípios, apenas 15 municípios contando com a capital, você pega a cidade de Caracarái, acontece uma queda lá em Novo Paraíso, são quantos quilômetros, são mais de 100 quilômetros até a sede, a equipe vai até lá no Novo Paraíso, resolveu o problema, e nesse momento está acontecendo em outro extremo do município e só é uma equipe que tem. Você vai no Bonfim, da sede do Bonfim até Vila Vilhena são mais de 170 km pra uma equipe atender, há semanas que essas comunidades ficam mais de 5, 6 dias sem energia. Eu vim aqui também, porque chegaram reclamações e os meios de comunicações estão anunciando que em Normandia está acontecendo a mesma coisa. No Cantá, está acontecendo a mesma coisa, e eu quero crêr que em todos os municípios do estado está acontecendo a mesma coisa. Esta Casa tem que fazer alguma coisa, nós temos que cobrar providências da Eletrobras.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Obrigado, Deputado Chagas, pelo aparte. Só para completar seu discurso, estive esse final de semana no Amajari e não foi diferente, e o pior quando falta energia numa comunidade dessa, você liga primeiro para 0800, depois que o 0800 vai distribuir para aquela localidade onde tem uma equipe mais próxima, no Caroebe, Baliza, eles ligam para Boa Vista, retornam pra lá para poder dá assistência numa Vicinal, às vezes passam dois dias para equipe chegar. Acredito que em todas as regiões está acontecendo isso. Quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento e temos que tomar alguma providência para cobrarmos da Eletrobras o contrato que foi feito para dar manutenção, o volume de dinheiro é bom, e a empresa precisa ter equipes em todos os municípios.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** continua - Obrigado, Deputado Gabriel. E digo mais, quando a pessoa está no interior e vai fazer uma ligação 0800, do outro lado a telefonista pede o código de referência do ponto onde está acontecendo a queda. Primeiro, o cidadão lá não sabe a partir que altura houve problema de energia, quanto mais o código, e só que tem isso é a empresa. Então, há uma burocracia muito grande, acho que deveria ter uma equipe ali, e o cidadão ia na vila 10, 15 km e se comunicava com o técnico e de imediato ele iria e conectava o cabo e restabelecia a energia naquela vicinal. Hoje pra resolver um problema desse com 10, 15 minutos, a Eletrobras leva 3, 4, 5 dias para resolver, porque às vezes a equipe que está na sede do município está com o carro quebrado, ou não tem combustível. Então, nós vamos solicitar o Procon Assembleia e mais uma vez notifica a ELETROBRAS e encaminhe tudo que tem para o Ministério Público, para Promotoria da Defesa do Consumidor, porque isso não se trata não de interesse do consumidor individual, e sim de interesse coletivo, cuja competência para acionar judicialmente quando se trata de interesse coletivo é o Ministério Público Estadual, nós vamos acompanhar e encaminhar, e vamos também notificar Eletrobras para que se justifique e se coloque a disposição do povo roraimense, nós não podemos mais aguentar esse tipo de problema, Eletrobras é uma grande empresa brasileira, mas não está dando devida atenção ao Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** pede Questão de Ordem - Deputado, se precisar assinar alguma coisa estou à disposição.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Obrigado, Deputado.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Deputado o seu tempo é de cinco minutos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Não tem esse dispositivo de ceder, de quem não usar a palavra e abrir mão do tempo, o tempo redistribuído entre todos, eu não vou usar cinco minutos, é 20 ou não uso.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Vossa Excelência, tinha que ter dito antes, quando foi concedido a outro colega. Seu tempo é de 5 minutos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quero pedir ao Presidente que está conduzindo os trabalhos, quero fazer o questionamento.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Deputado, tinha outros oradores que iram falar, eles não estão presente na ordem, mas vão falar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Quando me inscrevi de manhã, tinha nove inscritos, foi anunciado cinco minutos para cada um, de maneira proporcional ao tempo.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Tinha 13 inscritos, cinco minutos pra cada um, Deputado Izaías Maia, foi o primeiro, usou cinco minutos, e cinco do Deputado Joaquim que cedeu.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Onde está no regimento que pode ser ceder tempo para outro? Ou a regra é para todos, todos somos iguais e tem o mesmo direito.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Temos os Deputados Jorge Everton, Marcelo Cabral, Jânio Xingú, Lenir Rodrigues, Zé Galeto, Jalsner Renir e Sampaio.

Com a palavra Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, não vou nem precisar dos 20 minutos, é só para deixar claro, que não tem Deputado maior e nem menor que o outro nesta Casa, se o tempo é de cinco minutos, tem que ser para todos. Se for 20, tem que ser para todos. Essa é a regra, conheço o Regimento indo e voltando. Era na gestão do Deputado Chico Guerra que tinha essa história de um deputado ceder o tempo para o outro e Vossa Excelência foi o primeiro a questionar isso, quando secretário na época, e ficou estabelecido que deputado não cede tempo para outro, e quando o Deputado desiste de falar, o tempo é redistribuído entre os que querem falar. É assim a regra em todas Assembleias Legislativas que conheço no Brasil agora, e nesta Casa não será diferente.

Senhoras e Senhores Deputados, servidores, bom dia a todos.

Venho aqui, neste momento, compartilhar com os senhores a nossa felicidade em ter feito uma provocação nesta Casa e no Executivo, e sentir, Deputado Jalsner, por parte desta Casa e Executivo a sensibilidade, o compromisso de resolver essa questão de uma vez por todas. Estou me referindo aos servidores da CERR. Eu propus uma PEC dias atrás, juntei 16 assinaturas de Deputados, que nos estabelecia nessa PEC que os servidores efetivos da CERR, aqueles de concurso ou aqueles efetivados por decisão judicial fossem absorvidos em outras funções dentro da administração pública, procurei fazer uma pesquisa, estive no Amapá, São Paulo, pesquisei em Brasília, e em outros estados, para ver como se deu, Deputado Jorge Everton, essa construção e garantir aos servidores a estabilidade e serem absorvidos para darem sequência nas suas carreiras. Propomos uma PEC parecida com a que foi construída no DF Distrito Federal, Amapá, São Paulo, que era os servidores irem para uma outra instituição, de preferência uma indireta, haja vista que, foram parecidos casos onde os servidores foram para administração direta e foram questionados pela justiça, em virtude que são modalidades de concurso diferente, um estatutário e o outro é seletista. Então, essa é a nossa ideia enquanto legislador é que esses servidores sejam absorvidos pela administração indireta, em especial uma indireta que tenha uma certa afinidade fim que tinha a CERR. Essa PEC tramitando na Comissão Especial, o Deputado Joaquim é o Relator, devemos votar essa semana, e inclusive fizemos uma audiência pública aqui nesta Casa, ouvindo todos os setores, inclusive os trabalhadores efetivos, mandamos documentos para governadora, mandamos documentos para CERR, Eletrobras, Sindicatos que representam os trabalhadores para juntar a contribuição. Está aqui em minha mesa todos os ofícios para construir essa PEC num grande consenso. E mandei um documento para Governadora pedindo apoio político, e ela se sensibilizou e está mandando uma PEC parecida com essa que está tramitando aqui na Casa, conversei com o Deputado Jalsner Renir pedi apoio, inclusive ele recebeu recentemente uma comitiva de servidores. Fico feliz porque tem disposição do executivo absorver esses servidores, tem disposição do líder do G14 absorver esses servidores, e tem a simpatia e apoio do Deputado Jalsner em absorver esses servidores, tudo está sendo construído para de fato nós reconhecermos o valor e a importância desses trabalhadores que levou energia aos quatro cantos do estado nesse interior

de Roraima por muitos e muitos anos trabalhados. É preciso criarmos mecanismo e estamos propondo na PEC, senhoras e senhores, que qualquer recursos que adentre a CERR a partir de agora na promulgação da PEC tenha prioridade pagar as indenizações trabalhistas daqueles servidores celetista pela CLT, esses servidores estão residindo seus contratos, estão mandando eles embora, e muitos já foram e voltaram porque a CERR não tinha dinheiro para pagar suas indenizações. É com essas indenizações que esses servidores, são para mais de 200 servidores vão conseguir tocar a vida desenvolvendo outra atividade. São três categorias, os comissionados, que não tem muito o que fazer por eles, temos contratados, esses têm direito à sua rescisão contratual com pagamento de FGTS, INSS, todos os encargos sociais, inclusive para sua aposentadoria, e indenização para essas pessoas que prestaram serviços por anos e anos, e tem os servidores efetivos através de concurso público e efetivo através de decisão judicial que são mais de 180. Nós estamos colocando nesse PEC também, Deputado George Melo, que qualquer recursos provenientes que a CERR venha arrecadar, tenha como prioridade o pagamento dessas indenizações trabalhistas, como prioridade 01. E nós temos um valor de aproximadamente 180 milhões na mão da Anael, que a CERR forneceu energia às comunidades indígenas, pessoas de baixa renda, que compete ao Governo Federal arcar com essa despesa. E a CERR não mensurou e não cobrava isso, sabemos que todas as comunidades indígenas são tuteladas pela União, sabemos que tem que pagar as despesas da energia das comunidades indígenas e das pessoas carentes desse estado, era o Governo Federal e não a CERR, e a CERR fez um levantamento e está cobrando esse valor, esse valor vai vir para o caixa da CERR. Agora por outro lado a CER deve dinheiro à Eletrobras e simplesmente estão querendo fazer um encontro de contas e não podemos permitir isso, temos que pegar o valor necessário que são as sub-rogação, que é o termo técnico, esse dinheiro vir para CERR pagar as indenizações trabalhistas e depois arcar com outras despesas. Podemos até pagar a ELETROBRAS com outras questões, nós temos as redes, as subestações, temos inclusive a Jatapú e outros bens da CERR, essa sim pode ser dada, feito um encontro de contas com a Eletrobras para apagar essa dívida que é a CERR. Então, nessa linha, senhoras e senhores, quero aqui pedir o apoio, que possamos votar essa PEC, de preferência amanhã, como um ato de fato concreto de apoio a esses trabalhadores. E, na mesma linha que colocou o Deputado chagas aqui, estamos propondo também, deputado Chagas, a criação de uma agência reguladora. A própria ANEL recomenda aos estados, em especial, com a tendência de privatização do setor elétrico do país, e em Roraima é questão de dias para ser privatizada a energia do interior, nós estamos propondo a criação de uma agência reguladora. Essa agência é, exatamente, essa questão citada pelo Deputado Chagas na tribuna, para cobrar, junto ao PROCON e outros órgãos de Defesa do Consumidor. Essa agência vai defender os interesses do Estado de Roraima, cobrando e regulando as normas para essa empresa que possivelmente vier a ganhar o fornecimento de energia tanto do interior como da capital. Não podemos, simplesmente, entregar a distribuição de energia a uma empresa privada e ela ficar aqui criando tarifa da forma como bem quer, sem nenhuma regra. A própria ANEL recomenda essa questão. Estamos colocando que essa mesma agência também tenha a responsabilidade de produzir energias alternativas. Uma torre eólica, Deputado Jorge Everton, ela produz 2,5 megas, 4 torres corresponde ao Jatapú. Neste momento, nós temos técnicos do Governo do Estado medindo a intensidade do vento no Tucano e em Normandia. Então, é possível sim termos um parque eólico produzindo energia para o estado, sem mensurar aqui a energia solar, pois sabemos o potencial de produzirmos energia solar aqui por estarmos perto da linha do Equador. Então, é preciso também que o estado esteja preparado para isso. Então, queria conceder um aparte ao Deputado George Melo e, logo em seguida, encerrar a minha fala.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, dado a importância do tema, gostaria de ceder os meus cinco minutos ao Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Foi aquilo que falei. Não serve para mim, Deputado. Eu agradeço. Eu até aceito a prorrogação, mas não que o Senhor abra mão do seu tempo.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – O Senhor Deputado Soldado Sampaio terá o tempo que achar necessário para concluir a sua fala.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Presidente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – é muito interessante a matéria que Vossa excelência está explanando. Eu estive, também, conversando com os funcionários concursados da CERR. Inclusive, tenho amigos que não são concursados, eles têm carteira assinada, mas não estão. E, eles mesmo dizem: Olha, esse remendo aqui para colocar gente vai prejudicar os outros que são concursados, pois são 196. Eu não quero acreditar que depois da Constituição de 88, alguém tenha

entendimento que um remendo desse vá dá certo, pois não vai. Se Vossa Excelência quiser colocar as pessoas, a gente pode até discutir, mas tem que colocar os 196 concursados do primeiro e do segundo concurso. Aquele outro remendo não dá, porque aí a gente vai fragilizar os outros. A qualquer momento essas pessoas podem ser demitidas. Nós temos a CAERR e a CODESAIMA que podem absorver essa pessoa, inclusive, os do primeiro concurso podem até escolher deixarem de ser celetivados e serem o modelo estatutário. Os do primeiro concurso, os do segundo concurso não têm que ir para uma empresa, ou a CAERR ou a CODESAIMA. Então, eu conversei com eles, as pessoas estão conscientes, eu tenho amigos, inclusive, que trabalham, que estão prestando serviços na Assembleia, estão dizendo: Jorge, se eu entrar, vou fragilizar os colegas. Então, por isso, a gente já fez uma reunião com esses funcionários e eles querem uma proposta. Hoje, quatro horas, estarei no meu gabinete, pois gostaria que Vossa Excelência tivesse, pois talvez eles possam convencê-lo e a gente possa fazer o que tem que ser feito, de maneira serena. Eu não posso admitir que a gente vote um projeto aqui só pelo fato de dizerem: ah, não, mas a governadora combinou. Mas, basta que o cidadão entre e levante isso e denuncie. A procuradoria... é política da governadora que ela quer um ...

O Senhor Deputado **Solado Sampaio** continua – Obrigado, deputado George Melo. Aquilo que Vossa Excelência chama de remendo, nós estamos construindo. Nós colocamos, senhoras e senhores, e para explicar, nós colocamos na redação da PEC que absolveria os servidores efetivos e nós abrimos possibilidades de absorver os servidores de 88 a 93, algo parecido com aquilo que foi, Deputado George Melo, a PEC 199, que tramita na Câmara Federal. Nós conversamos, recebi em meu gabinete esses servidores efetivos preocupados com isso e eles têm razão e, de pronto, nós atendemos o pleito dos mesmos, Deputado Chicão, e estou aqui, Deputado George Melo, estou aqui com a emenda ao substitutivo exatamente separando, deixando em um artigo, apenas um artigo, que esses servidores efetivos serão absorvidos e deixando no outro artigo ou no parágrafo a possibilidade desses servidores que não são efetivos, mas que prestaram serviços de 88 a 93, serem absorvidos. Se alguém quiser questionar, questiona só o artigo e não a PEC. Estamos garantindo, esse foi o compromisso que fizemos com o sindicato e com vários servidores dos efetivos. Nós estamos separando, de fato, na redação da PEC, aqueles servidores da CERR que são efetivos e estabilizados, que terão suas garantias. Estamos deixando a possibilidade, Deputado George, que aqueles servidores que prestaram, serviço de 88 a 93, com dispositivo constitucional que permite essa transição, para eles poderem ser absorvidos, é exatamente aquilo que está tramitando na PEC 199 no Congresso Federal, da qual a Deputada Maria Helena é relatora. Então, não tem perigo da gente atrapalhar, misturar esses servidores, deputado Jalsner. Se alguém questionar que não será o Governo, também já sinalizou nesse sentido, se o Ministério Público questionar, ele vai questionar apenas um parágrafo ou um artigo da PEC e não terá nenhum prejuízo aos servidores. O que eu quero aqui é tranquilizar os senhores, para que possamos resolver isso o quanto antes, para darmos garantias a esses servidores, construir um cenário de estabilidade para esses servidores que possam ser aproveitados na administração indireta, em outras atividades e, ao mesmo tempo, esse tenha o apoio político do Governo do Estado desta Casa, com apoio das lideranças de bloco. Já falei com o Deputado Jorge Everton, já falei com o Deputado George Melo, já falei com o Deputado Mecias, com o Deputado Jalsner e todos estão sensíveis à causa. É apenas questão de tempo para construirmos a melhor redação e dar, de fato, esse direito para que os trabalhadores possam ter sua estabilidade garantida, sem nenhum prejuízo em seus salários. E, também, deputado Jorge Everton, ao mesmo tempo, garantir aos servidores que tenham direitos trabalhistas, que sejam os primeiros a receber. Porque há propostas, inclusive, nesta Casa, de primeiro anistiar os municípios, de entregar a Jatapu e nós não podemos fazer nenhum movimento com relação ao patrimônio da CERR, se antes não resolvermos as indenizações trabalhistas dos servidores daquela Casa. Era isso, obrigado a todos.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chicão da Silveira** – Senhor Presidente, encerrado o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** - Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em primeiro turno, da seguinte proposição: Proposta de Emenda Constitucional nº 004/15, que altera a redação do Artigo 20-A da Constituição do Estado de Roraima, de autoria do Deputado Jorge Everton e outros. Discussão e votação, em turno único, do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/17, que cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FEDC/RR, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo; do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 002/16, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de 2ª via (segunda via) de documentos públicos pessoais, quando expedidos por órgãos estaduais ou municipais e dá outras providências, de autoria do Deputado Jânio Xingu; do Projeto

de Resolução Legislativa nº 011/17, que altera a Resolução Legislativa nº 006/2017, de 24 de março de 2017, que regulamenta a jornada de trabalho e o registro de frequência e institui o sistema de Ponto Eletrônico e de banco de horas dos servidores no âmbito da Assembleia Legislativa, de autoria da Mesa Diretora; e do Projeto de Resolução Legislativa nº 012/17, que altera o inciso IV e acresce o Inciso V ao artigo 2º da Resolução nº 039/03, que “institui o Fundo Especial do Poder Legislativo”, de autoria da Mesa Diretora.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial Externa possa analisar e emitir parecer ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/17 e a Comissão Conjunta possa analisar e emitir parecer ao Substitutivo ao Projeto de Lei nº 002/16.

Após o tempo necessário.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Dou por reaberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 041/17, de autoria do Deputado Odilon Filho.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento nº 041/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Coloco em discussão o Requerimento nº 041/17. Não havendo quem queira discuti-lo, em votação. A votação será simbólica, os Deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento nº 041/17.

Informo aos Senhores Deputados que há um Requerimento que já foi aprovado anteriormente, de autoria do deputado Izaías Maia, que versa sobre realização de audiência pública, mas tinha sido aprovado inicialmente para uma data em que será feriado. Então, consulto as lideranças em plenário se concordam com a alteração da audiência do dia 15/06 para o dia 14/06. Os deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento que altera a data da audiência que aconteceria no dia 15/06, para o dia 14/06, de autoria do Deputado Izaías Maia.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, peço a prorrogação da Sessão para dar continuidade a apreciação das matérias da Ordem do Dia.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Aprovado o Requerimento verbal do Deputado Masamy Eda para prorrogação da Sessão pelo tempo que se fizer necessário.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/16 e do Parecer da Comissão.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós temos uma circular do Gabinete do Presidente desta Casa Legislativa informando que nós deveríamos ter acesso 24 horas antes de todas as matérias que serão inseridas na Ordem do Dia. Essa matéria que o Primeiro-Secretário acabou de ler, o relatório, ela não estava na Ordem do Dia, ela foi inserida agora e gostaria que Vossa Excelência, em respeito a essa circular do Presidente, retirasse de pauta essa matéria. Se Vossa Excelência me permite, se não houver a retirada de pauta por conta dessa circular, quero pedir adiamento de discussão dessa matéria, pois esta é uma prerrogativa regimental do parlamentar.

O Senhor deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Presidente, a situação precária da ADERR, onde o Presidente está há mais de dois anos sem essa votação, essa votação se faz necessária. Por que está se contrariando tudo o que está na Constituição e nas Leis e nós vamos ficar segurando essa situação até quando, tem dois anos que isso está parado. Por qual motivo? Existe alguma proteção com relação ao Presidente da ADERR que ele não pode ser submetido à aprovação da Casa? Se for assim é melhor fazer uma emenda à Constituição e tirar a prerrogativa desta Casa. O que não dá é adormecer o processo por dois anos aqui na Casa.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ao Deputado Jorge Everton assiste razão, pois o projeto em que foi encaminhada esta mensagem é de outubro de 2015 e o Presidente da ADERR foi sabatinado pela Comissão Especial somente em agosto de 2016 e desde então essa matéria já veio algumas vezes para Plenário, por pelo menos duas vezes, e nas duas vezes houve solicitações para retirada da mesma, e a Mesa Diretora acolheu. Nós estamos em um momento que não podemos mais fazer isso. Assiste a Vossa Excelência como líder de bloco, ou qualquer Deputado, pedir adiamento de discussão ou votação no que o Regimento permite, mas eu, como Presidente dos trabalhos, coloquei na Ordem do Dia, esse é um poder discricionário do Presidente e nós vamos seguir de acordo com o Regimento desta Casa. Então, solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que conclua a leitura do Relatório, Parecer e Voto para avançarmos para a discussão se não houver nenhum requerimento de adiamento.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem –

Senhor Presidente, eu requeri o adiamento no mesmo momento em que pedi que fosse retirado da Ordem do Dia.

O Senhor presidente **Coronel Chagas** – Deputado Brito, o Requerimento, salvo o melhor juízo, deverá ser feito por escrito, deverá ser protocolado por escrito.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, salvo engano o Regimento diz que é discricionário do Presidente o adiamento. Essa é uma matéria que está pronta para votação, que não há motivo para adiamento de discussão nem de votação, o Presidente Jalsler inclusive que é conhecedor, sabe do que estamos falando aqui, está no art. 67 do Regimento, que a gente pode dar andamento à matéria e que não haja mais um efeito de protelação, a gente precisa que o Presidente seja efetivado de acordo com o que os Deputados entenderem ou que ele se retire. Não temos que enrolar, já se passaram dois anos. Isso é um absurdo, entendo que se o líder do governo entender ele pode retirar o nome dele e mandar o nome de outra pessoa, agora não podemos é ficar com essa enrolação sem votar.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Senhores Deputados, a matéria não está em discussão ainda. Se for para seguir a ordem regimental ou de não cumprimento de algum dispositivo, vou considerar Questão de Ordem. Se for para discutir a matéria, não vou acatar.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, contemplo com a opinião do Deputado Jorge Everton sobre o fato de esta matéria já perdurar há mais de dois anos nesta Casa já era para ter sido votada. O Regimento não permite essa flexibilidade de tempo. O Regimento também anuncia que tem que haver um anúncio prévio da matéria. E, eu quero orientar meu bloco a votar “sim” ou “não” na seguinte questão. Que tenhamos clareza, até porque já está com dois anos que sabatinamos o Presidente da ADERR, e de lá para cá temos que saber se o que foi aprovado há dois anos atrás, tudo o que ele anunciou, todos aqueles planos, foram implementados de fato na ADERR. A minha Questão de Ordem é no sentido de colocarmos a matéria para a Ordem do dia seguinte, que seja anunciada com antecedência de 24 horas e seja votado. Não podemos mais empurrar com a barriga, que nem o pedido de vista e discussão fez para protelar. Mas, também, que a gente siga o rito de anteceder pelo menos a 24 horas à Ordem do Dia dessa pauta, Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – A matéria está na Ordem do Dia e solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que conclua a leitura do relatório.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Relatório, Parecer e Voto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão o relatório pela aprovação do nome do Senhor Presidente da ADERR.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, acabei de apresentar à Mesa, regimentalmente embasado, um pedido de adiamento de discussão, até porque temos uma PEC para ser votada com voto aberto e aqui discuti o Deputado George, Deputado Jalsler, Deputada Lenir, Deputado Sampaio e eu, como líder do governo, falei que o voto aberto seria essencial para que nossos eleitores, o povo do nosso estado entendesse em quem votamos, como votamos e quando votamos. Enfim, transparência, este momento requer transparência e a Assembleia Legislativa quer dar um exemplo em nível de Brasil. Então, pedi adiamento de discussão até porque ele entrou na pauta agora e nós poderíamos ter uma discussão mais ampliada e até sugerindo que votemos com o voto aberto depois da aprovação da PEC. Fora disso quero que Vossa Excelência delibere sobre o pedido de adiamento de discussão dessa matéria, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acabou de chegar às minhas mãos o Requerimento de Vossa Excelência e vamos proceder conforme estabelece nosso Regimento. O artigo 224 que trata do adiamento de discussão estabelece que: “ao ser iniciada a discussão de uma proposição será permitida seu adiamento por uma vez, por prazo não superior a cinco dias, mediante requerimento assinado por qualquer deputado e aprovado pelo Plenário, salvo, quando o projeto sob regime de urgência e veto. Então, nós vamos colocar em discussão o requerimento de adiamento de discussão do Deputado Brito Bezerra. Vamos proceder à leitura do Requerimento e logo em seguida colocaremos em discussão o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Requerimento de Pedido de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, só queria, como já disse, conversamos bastante aqui e o Regimento aponta também para isso, se estende até ao artigo 228, queria também pedir, já que a matéria chegou agora, o adiamento da discussão e posso até incluir de

votação também até para a próxima sessão, se for o caso, para que a gente possa analisar melhor.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Senhor Presidente, pelo que me consta o nome do Presidente da ADERR está aqui nesta Casa há mais de cinco meses.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Desde outubro de 2015.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** - Como é que não se vota isso, não tem mais o que se justifique. Vai passar mais, prorrogar mais.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Essa matéria já veio para o Plenário algumas vezes, e atendendo a pedidos foi retirada da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, submeta ao Plenário e coloque em votação o Requerimento do Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Senhor Presidente, vou discutir o Requerimento do Deputado Brito Bezerra, de adiamento de discussão. Entendo como válido e peço ao Plenário e a Mesa que acate o requerimento de adiamento de discussão pelo seguinte fato de que essa matéria está há dois anos aqui, não sei por qual motivo que adormeceu tanto, mas algum motivo houve. Agora, uma coisa é um cenário quando o Senhor Vicente foi sabatinado há dois anos, Roraima estava ameaçado de não poder escoar sua produção, o seu gado em virtude da febre aftosa, inclusive para eu votar preciso me direcionar até o Presidente da ADERR para saber quais os avanços que ele fez de fato à frente da ADERR. Preciso saber se tudo o que ele prometeu para a gente na sabatina da Comissão, que iria tirar Roraima da zona de restrição por causa da febre aftosa, se foi cumprido. Se ele cumpriu isso de fato, Deputado Jalsler, Deputado Odilon, que é produtor, Deputado Zé Galetto, que é produtor, precisamos dar um voto de confiança a ele. Agora se aquilo que ele prometeu não foi cumprido, vou ser o primeiro a vir aqui a pedir que o tire de lá porque ele não está dando conta. Então, uma realidade era a de dois anos atrás e outra realidade é hoje. Então, acho que darmos 24 horas ou 48 horas até para o Senhor Presidente da ADERR vir aqui em cada gabinete e mostrar o que de fato foi feito, o que ele fez e se ele continua merecendo nosso voto de confiança, entendeu. Então é esse prazo que quero solicitar acatando o pedido de adiamento de discussão e logo em seguida, semana que vem a gente volta e vota isso. Eu, pelo menos, tenho tranquilidade em votar. Se fez um bom serviço, Deputado Mozart, tem meu voto; se não fez, vamos trocar por outro nome e caberá a governadora encaminhar outro nome o quanto antes.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acho que Vossa Excelência está se precipitando, ninguém está falando em trocar, apenas estamos colocando em votação. Esses mesmos argumentos foram usados em outras oportunidades quando essa matéria veio para o Plenário. Me sentiria, de repente, preocupado se colocássemos em votação uma matéria dessa com apenas 13 ou 14 deputados em Plenário, mas temos registrados 20 deputados nesta Sessão. Acho que todos já conhecem o trabalho do Presidente à frente da ADERR e já devem ter sua opinião formada com convicção em relação à sua capacidade ou não. A matéria continua em discussão.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, indo na mesma linha de Vossa Excelência, todos os argumentos que já foram utilizados nesta Casa para que a gente não votasse, era no sentido de dar oportunidade do Presidente vir aqui mostrar seu trabalho. Foi feito o entendimento e se aceitou isso. Mas mais de dois anos já se passaram, Presidente, e até quando ele vai precisar de tempo, até o final do mandato da governadora para que ele possa vir aqui dizer que quer essa oportunidade. Ele foi votado e aprovado na sabatina de forma tranquila, hoje temos 20 deputados na Casa, se dissesse que não tem número suficiente para a aprovação até entenderia ou aceitaria, mas ele já mostrou o trabalho dele e não tem para que adiamento. Acredito que o adiamento só vai mostrar que esta Casa não está cumprindo seu papel, Esta Casa que já tem um papel limitado diante das limitações constitucionais e agora ela deixa dois anos um presidente em situação precária? Isso é inaceitável. Gostaria que os colegas votassem contra o requerimento do líder do governo com relação ao adiamento de discussão e votação do Projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Acho que temos que ter atenção a esta questão, pois, o nosso Regimento Interno estabelece que tramitam em regime de prioridade, artigo 250, inciso I, ou seja, dentre todas as proposições que são protocoladas nesta Casa, seja de iniciativa de quem quer que seja, a prioridade é a seguinte: aprovação das indicações para escolha de nomes para os cargos de que dispõe a Constituição, é o caso em discussão. Então, esta matéria já está há quase dois anos nesta Casa, era uma matéria para ter prioridade, então, temos que efetivamente fazer nosso dever de casa e nossa meia culpa. É claro que todos sabem que esta matéria

já deu entrada em Plenário e já foi retirada por argumentos os mais variados possíveis, mas agora chegou o momento que não podemos mais transigir com essa situação. Vamos seguir o Regimento. O Senhor Deputado Dhiego Coelho para discutir a matéria e logo em seguida encerraremos a discussão do Requerimento.

O Senhor Deputado **Dhiego Coelho** – A matéria que está em pauta aqui ninguém fez nenhuma solicitação do Presidente da ADERR para ele vir dar explicações pessoais do trabalho dele aqui, o que estamos votando é a aprovação do nome dele ou não. Pelo que eu saiba a Assembleia nunca fez um requerimento para ele vir aqui prestar esclarecimentos do trabalho dele nesses dois anos que ele está à frente da ADERR. Então, não vamos perder o foco, pois o que está em votação aqui é o nome dele ou não, ninguém está pedindo explicações do Presidente da ADERR.

O Senhor Deputado **George Melo** para discutir a matéria – Acho que para encerrar a discussão temos que primeiro votar o requerimento de adiamento de discussão do Deputado Brito e a partir daí a gente abre para a votação do projeto.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Está encerrada a discussão. Em votação, o Requerimento de adiamento de discussão, de autoria do Deputado Brito Bezerra, a votação será nominal e eletrônica.

Os Deputados que concordam com o requerimento do Deputado Brito, pelo adiamento da discussão, votam “sim”, os Deputados que “não” concordam com o adiamento da discussão votam “não”.

Solicito a abertura do painel para discussão.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, apenas para fazer uma colocação sobre o Regimento Interno, o artigo 224 do Regimento Interno que faculta a discussão que é o que estamos votando agora ele fala que essa discussão já está sendo anunciada, quando a votação for concluída nenhum deputado tem mais que discutir, até por que cada deputado já estava discutindo, então, em tese o que está sendo feito aqui é um requerimento para os Deputados discutirem o projeto. Então, a partir do momento que a matéria for considerada sem discussão, nenhum Deputado poderá discutir a matéria e quando na verdade, foi o oposto. Os deputados discutiram antes para votar depois. O adiamento de discussão em tese.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem – Então a discussão foi do requerimento?

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Exatamente, do requerimento. Porque quando você anuncia o requerimento. O que se pauta? Se pauta a votação do requerimento para você discutir a matéria, mas na votação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito aos Senhores Deputados que ainda não votaram o requerimento, votem porque vamos encerrar a votação.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Só queria dizer que o Deputado Jalser está com a razão, mas quero fazer a justificativa do meu voto. Falo com muita propriedade, com conhecimento de causa. Temos dois segmentos no Estado hoje com economia consolidada que é a pecuária e piscicultura. Eu, como produtor, eu uso muito a ADERR e a pessoa que está à frente da ADERR, é uma pessoa que tem demonstrado muita determinação, muito conhecimento, tem avançado muito, principalmente na pecuária e piscicultura, com a zona livre da febre aftosa, com o impedimento da entrada de alevinos do Estado do Amazonas, pois lá já existe uma doença que não se cria mais tambaqui, isso graças a determinação e a competência técnica que ele tem. Queria pedir aos nobres pares dessa Casa o bom senso e que fizessem uma reflexão para que o Doutor Vicente continuasse à frente da ADERR, pois ele é importantíssimo para o setor produtivo do Estado. Obrigado.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Declaro rejeitado o Requerimento de Pedido de Adiamento de Discussão, de autoria do Deputado Brito Bezerra. Com 11 votos “não”, 06 “sim” e nenhuma abstenção.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem - Presidente, pelo pouco que eu entendo do Regimento, vai ser aberto agora discussão do projeto? É isso? Haja vista que o requerimento do Deputado Brito foi prejudicado, será aberta a discussão do projeto nesse momento, haja vista que o requerimento foi indeferido. É isso, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Exatamente. Estamos agora no momento de discussão do Projeto de Decreto Legislativo. Para discutir, Deputado Brito Bezerra, discussão do Projeto de Decreto Legislativo.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Presidente, não cabe mais, porque nós acabamos de votar a discussão da matéria.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Nós acabamos de votar e não foi acatado por esta Casa, o adiamento de discussão. Discutimos um requerimento, agora vamos discutir a matéria e depois a votação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Para discutir a matéria, ao deputado Brito assiste razão, vamos estabelecer que ela já foi bastante discutida, muito embora tratássemos do requerimento de adiamento de discussão, então, vamos estabelecer o seguinte: Falará por cada bloco, um Deputado. Vossa Excelência Deputado Brito falará como líder do Governo, o Deputado Sampaio estabelece quem falará do bloco deles, e o Deputado Mecias escolherá do bloco dele e pela oposição o Deputado George Melo define quem irá falar. Então, teremos 04 deputados que falarão. Sendo que o governo estará sendo contemplado com três deputados contra apenas um, mesmo sendo o bloco da minoria.

Vamos estabelecer 03 minutos para cada deputado falar.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, quero discutir a matéria pela relevância que tem a Agência de Defesa Animal no nosso Estado. Enfrentamos ao longo dos anos no nosso Estado, um problema sério para o setor produtivo, sobretudo para pecuária de corte e de leite e assim que a Governadora Suely assumiu investimentos maciços na Agência de Defesa Animal e colocamos lá um médico veterinário, filho dessa terra que tem encampado em especial a liberação do nosso Estado, do nosso rebanho para que nós pudéssemos estar livre da febre aftosa com a vacinação. Vossa Excelência Deputados, e aqui quero ressaltar que nós não levamos em consideração apenas questões políticas partidárias. O prejuízo que terá aquela agência de defesa, o prejuízo que terá o setor produtivo, sobretudo na agropecuária de corte e de leite no estado será imensurável com a desaprovação do nome do senhor Vicente aqui nessa Casa. Portanto, quero aqui nominar várias ações daquela secretaria, pedi de Vossa Excelência e da Mesa Diretora e de todo o conjunto que fosse adiada a discussão e não consegui, já adianto a Vossa Excelência que entra em votação e tem um requerimento que eu que seja deliberado a tempo o adiamento de votação por conta do prejuízo que eu sinto, se não conseguimos para a permanência do nome do Senhor Vicente. Peço a Vossa Excelência e aos pares que entendam a relevância da agência de defesa animal. A relevância do médico veterinário Vicente à frente daquela instituição, sobretudo porque a maior vitória do Estado na pecuária, por estar livre da febre aftosa por vacinação e foi feito nesse governo e na presidência do Senhor Vicente de Paula. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Ainda pela base do governo, o Senhor Deputado Sampaio.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, eu reconheço de fato o trabalho desenvolvido pelo Presidente da ADERR. Tiramos o Estado dessa lista prejudicial que era a que proibia o estado de exportar em virtude da febre aftosa. Dias atrás, o gado para sair de Roraima tinha que passar por uma quarentena para ser escoado para outro Estado e nós avançamos. Sabemos que e neste Estado não tem alternativa de compra e venda se não for o setor primário. Então, nós estaremos, neste momento, criando uma estabilidade na pecuária do nosso estado, com o ato, caso venha a reprovar, mas cabe a nós julgarmos. Eu não quero nem convencer os deputados aqui a votarem contra ou a favor. Quero abrir uma oportunidade para que o Presidente da ADERR tenha o tempo, pelo menos de 24h, de andar em cada gabinete mostrando o que foi feito e convencer cada Deputado a votar ou não. Ele nos convenceu a votar lá atrás, nós o apoiamos nas Comissões e está o parecer pronto para ser favorável e ficou firmado um compromisso de resolver a questão da febre aftosa e outras demandas à frente da ADERR. Mas precisamos saber se ele fez ou não isso e aí foi pego de surpresa, colocando na Ordem do Dia. Então, eu voto hoje pela permanência do Vicente na ADERR porque conheço de fato o trabalho ali prestado e tenho certeza que no setor primário, os produtores de gado e outros animais no estado têm o mesmo sentimento. Nós estamos avançando na área de exportação. Então, nessa linha, eu defendo a permanência dele e gostaria que ele tivesse pelo menos 24 horas para conversar com cada deputado, para mostrar os avanços de fato. Não podemos criar uma instabilidade. Podemos falar qualquer coisa do governo Suely Campos, mas o ITERAIMA, a ADERR e a FEMARR têm feito o seu papel. A prova disso é que temos recebido constantemente pessoas querendo investir no estado de Roraima na agropecuária, na soja, na agricultura, no setor primário com um todo. Nesse sentido, eu quero discutir a matéria pela permanência do Presidente Vicente e, na pior das hipóteses, no adiamento de votação para que ele tenha pelo menos 24 horas para ele andar em cada gabinete prestando conta do seu trabalho, aí a gente decide com maior clareza, com maiores informações e conhecimento da causa. Era isso, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Pelo Bloco do G5, deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Presidente, que queria, já falei antes do Requerimento, que fosse considerado o artigo 223 do Regimento Interno que diz no seu parágrafo 1º: “Nenhuma proposição será incluída na Ordem do Dia sem que previamente seja reproduzida em avulso, com antecedência mínima de 24 horas, salvo deliberação do

plenário. A lista dos processos será impressa diariamente, observada a ordem regimental de tramitação das proposições e distribuídas aos deputados antes do início da Sessão. É permitido ao Presidente de ofício, um Requerimento do Deputado excluindo da Ordem do Dia a proposição que deva ser encaminhada a esta Casa”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Representando o G15, o Deputado Joaquim Ruiz.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** – Senhor Presidente, se o Senhor Vicente não passar aqui, fecha a ADERR, lá não tem outros engenheiros, pois lá não tem médico veterinário, não têm técnicos, lá são todos incompetentes. Aqui falaram os líderes do Governo representando a elite do campo, da pecuária. Tenho que chamar aqui a elite dos outros animais, os cachorros, dos coelhos, das aves, da galinha caipira, porque me surpreendeu o deputado Sampaio que representa aqui a classe dos menos favorecidos defendendo a elite dos pecuaristas. Ora, o desempenho da pecuária, do agronegócio, não depende de nenhum órgão do governo, depende da competência dos empresários como o Deputado Brito. O que me surpreende aqui é essa defesa intransigente, insubstituível, porque não tem outro técnico ali igual, de nível, de capacidade, não tem outro técnico na ADERR. Então, se o Vicente não for aprovado hoje aqui, o que tem que se fazer é fechar a ADERR, porque não tem outro. Agora, eu gostaria de ter a mesma solidariedade que estão tendo com o Vicente, com técnico que foi um exemplo de administração no DETRAN, o Deputado Chicão da Silveira, que foi tirado do cargo sem ser comunicado. Então, se o Deputado Chicão, fazendo um excelente trabalho lá, como ele agora veio defender o Vicente aqui, preocupado porque vai acabar o gado de corte no estado, vai acabar a bacia leiteira, vão acabar os caneiros, vai acabar a piscicultura. Agora, não perguntaram para o pequeno produtor, não perguntaram e não foram ver. A imprensa pode ir lá no Ministério da Agricultura, são mais de 12 *pickups* que eram para estar atendendo as secretarias dos municípios. Aí sim, eu defendo o pequeno produtor. As motos que estão lá no meio do mato, porque até hoje não foram devolvidas as chaves. Essas *pickups* eram para atender as comunidades, os pequenos municípios, inclusive o Uiramutã, o Cotingo, pois lá os acessos são difíceis, mas isso aqui não foi colocado, só olharam quem cria muito chifre. Agora, quem atende as pequenas comunidades, quem vai lá para o Baixo rio Branco, não vê as dificuldades que o pequeno produtor está passando. Me parece aqui que é morte antecipada. Ora, se ele é competente, pelo o que o Deputado Brito, pelo o que Deputado Sampaio falou, já convenceu o voto. Vamos para o voto convencidos da capacidade intelectual do doutor Vicente. A minha preocupação, deputado Sampaio, é fechar a ADERR, porque não tem outro técnico do mesmo nível do técnico vicente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Dentro da questão apresentada pela Deputada Aurelina e pelo Deputado Brito Bezerra, informar que estariam Vossas Excelências, com razão, caso não houvesse um requerimento que foi protocolado pedindo a inclusão na Ordem do Dia e esta presidência dos trabalhos, nos termos regimentais, artigo 193 e artigo 195 e diversos outros dispositivos que permitem ao Presidente incluir na Ordem do Dia.

Está encerrada a discussão. Vamos para a votação.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem – Acabei, de forma regimental, de apresentar para Vossa Excelência um pedido de adiamento de votação da mesma matéria. Gostaria que Vossa Excelência deliberasse ou, então, de ofício, atendesse, porque o Regimento permite. Nós não estamos aqui discutindo se Vicente é bom ou ruim, como disse o deputado Joaquim aqui, todos os técnicos da ADERR não prestam, pelo contrário, deputado, os técnicos da ADERR são competentes e trabalham diuturnamente pela pecuária, seja de leite ou corte, pelo engrandecimento do setor produtivo, seja pequeno, médio ou grande. Vossa Excelência se equivocou, mas quero dizer a Vossa Excelência que o que estou defendendo aqui é que o doutor Vicente consiga vir, tenha a oportunidade de estar aqui nesta Casa apresentando seu trabalho, mas o Regimento me permite apresentar adiamento de votação e Vossa Excelência deve sim conceder porque, olha, o artigo 238: a votação poderá ser adiada uma vez, a requerimento de deputado apresentado até o momento em que for anunciado. Parágrafo I, o adiamento será concedido para a sessão seguinte. Parágrafo II, considerar-se-á prejudicado o Requerimento que, por esgotado o horário da Sessão ou por falta de quórum, deixar de ser votado. Portanto, Vossa Excelência pode sim, agora, atender ao Requerimento e nós adiarmos a votação dessa matéria nesse momento.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Fica registrado o Requerimento do Deputado Brito Bezerra. Vossa Excelência tem razão. O adiamento de votação poderá ser concedido, entretanto, isso está estabelecido no artigo 238, mas todo o requerimento que verse sobre adiamento de discussão e votação, ele será estabelecido ao Plenário, assim

estabelece o artigo 196: Serão inscritos e dependerão de deliberação imediata do plenário, os requerimentos que solicitem. Inciso VIII – adiamento de discussão ou votação. Então, nós vamos, como procedemos no requerimento de adiamento de votação, colocar em votação também.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Só para dizer, Senhor presidente, que a Seção 5 do adiamento de votação tem um artigo e dois parágrafos. Ele diz: a votação poderá ser adiada uma vez, a requerimento do deputado apresentado até o momento em que foi anunciado. É o caso. O adiamento será concedido para a sessão seguinte. Tem mais, toda a nossa discussão, se você levar em consideração que a sessão encerra ao meio dia e não foi prorrogada.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** – Foi prorrogada sim, Deputada!

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** pede Questão de Ordem – Eu não ouvi, tudo bem. Eu queria dizer que o Requerimento anterior, como eu falei, nenhuma proposição poderá ser discutida sem que seja previamente na Ordem do Dia. Não é preclusa a matéria, não tem nada a ver, ela vale em qualquer momento do regimento, a não ser que alguém me prove o contrário.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Deputada, sua questão de ordem já está vencida, é a mesma questão de ordem do Deputado Brito e já explicamos. O Deputado fez um requerimento solicitando a inclusão na Ordem do Dia. E foi acatado pela Mesa Diretora. Além de outros dispositivos, por ser a matéria já há muito tempo preparada e sob a guarda da Mesa Diretora e sem prioridade, conforme estabelece o nosso Regimento Interno. Antes de conceder a questão de ordem para Vossa Excelência, Deputado Chicão, tendo em vista o Deputado Joaquim ter sido citado na questão de ordem do Deputado Brito, por dever e por obrigação estabelecido no Regimento Interno, eu vou conceder a palavra ao Deputado Joaquim Ruiz.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, o Deputado Brito parece que não escutou bem ou não quis entender o que eu coloquei. Quando eu vi o discurso eloquente do Deputado Brito e do Deputado Sampaio dizendo da capacidade do senhor Vicente e que a pecuária, a agricultura, a avicultura, suinocultura, o mundo animal de Roraima, vão ser prejudicados, se ele não passar aqui na Casa. Eu disse que seria melhor fechar então a ADERR, porque parecer que só ele que é competente. Foi essa a colocação que eu fiz. Se o líder do Governo entendeu mal, eu estou fazendo a correção e explicando a colocação do G15. Eu falei que o mundo animal de Roraima perde o maior e melhor técnico na área do mundo animal do Estado de Roraima e da Amazônia. E não tem nenhum técnico, pelo que eles estão colocando, que possa substituí-lo na ADERR. Eu acredito que tem dezenas de técnicos do mesmo nível e do mesmo padrão do senhor Vicente.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, eu estou há muitos anos nesta Casa e queria, com a devida venha do meu líder do governo, Deputado Brito, eu estou há vários anos nesta Casa e nunca fiz obstrução de uma votação aqui. A matéria exige quórum qualificado, e se nós nos retirarmos do plenário não vai haver votação. Então, seria bom a gente entrar num entendimento. Eu queria referendar que o doutor Vicente, não é só por ser um bom técnico, não tem envolvimento partidário e político, ele trabalha para o setor produtivo. As suas ações são voltadas para o produtor do estado. Então, é importantíssimo sua permanência à frente da ADERR para o Estado de Roraima. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, nós tivemos um pedido de adiamento de discussão, que foi submetido ao plenário. E o plenário, em sua maioria, decidiu pelo seguimento da proposta. Não foi acatado o adiamento. Então, já que é de conhecimento de Vossa Excelência, que está presidindo, já que já foi votado e a maioria decidiu que quer continuar com a votação, que Vossa Excelência decida, sem precisar novamente submeter à votação porque já é de conhecimento que nós queremos prosseguimento. E outra coisa, o que foi alegado aqui, com relação ao Vicente, não é matéria para a gente estar discutindo. Ele já passou por uma sabatina e há dois anos ele está aí. Teve a oportunidade de vir, de conversar. Eu acho que está sendo precipitado. E esses adiamentos contínuos são ruins para a imagem da Assembleia. Então, eu peço, Senhor Presidente, que a gente dê continuidade à votação.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Estamos agora em votação do Requerimento de Adiamento de Votação.

Solicito à abertura do painel.

Solicito aos Senhores Deputados que concordam com o adiamento de votação requerido pelo Deputado Brito Bezerra votam “sim”. E os Deputados que não concordam deverão votar “não”.

Solicito à verificação de quórum.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** pede Questão de Ordem

- Senhor Presidente, seguindo a orientação do líder, orientamos os membros de nosso bloco a sair para obstrução. Mas antes de declarar obstrução de bloco, Senhor Presidente, eu quero que o Deputado Joaquim faça justiça para com a minha pessoa. Eu sou defensor do grande agropecuário de nosso estado, quem promoveu audiência pública criando e cobrando do governo a questão do abatimento de aves fui eu, que é exatamente o pequeno agricultor.

Deputado Joaquim, continuo na defesa do pequeno agricultor, do produtor de suinocultura, aves, carneiros e tantos outros. Então, que fique registrado para não desvirtuar a minha característica de defensor da agricultura familiar.

O Senhor Deputado **Chicão da Silveira** pede Questão de Ordem – Vossa Excelência, não poderia citar o nome do Deputado Joaquim, novamente.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em votação a matéria. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à votação de matéria que tem que ter pelo menos 13 Deputados presentes.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, só para eu entender. A matéria para ser aprovada precisa de 13 votos favoráveis?

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** procede à verificação de quórum. - Senhor Presidente, tem 13 Deputados presentes.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Mesmo diante da obstrução da base do Governo, não há nada regimentalmente que impeça a votação.

A votação será secreta e eletrônica: os Deputados que forem favoráveis deverão votar “sim” e os que forem contrários deverão votar “não”.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que informe o resultado da votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** - Senhor Presidente, a matéria recebeu 13 votos contrários, nenhum voto favorável e nenhuma abstenção.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Declaro rejeitado o Projeto de Decreto Legislativo nº 008/16. Informo que para obstruir a votação os Deputados da base do Governo se retiraram do plenário.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em votação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/17. A votação será nominal e eletrônica: votando “sim”, os Senhores Deputados aprovam a matéria, votando “não”, rejeitam-na.

O Senhor Deputado **George Melo** – Peço aos membros do G14 que votem “sim”.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado em turno único o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 012/17 por 13 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 012/17.

O Senhor Primeiro-Secretário **Masamy Eda** – Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 012/17.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando “sim”, os Deputados aprovam a matéria e votando “não”, rejeitam-na. Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 012/17 por 13 votos “sim”, nenhum voto “não” e nenhuma abstenção.

Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, queria usar as Explicações Pessoais para informar e parabenizar o presidente da Agência de Fomento de Roraima, o Weberson, que foi eleito também esta semana diretor nacional da Associação dos Bancos em desenvolvimento do Brasil. Então, 32 unidades no Brasil e Roraima nunca teve um representante eleito nacionalmente para representar. O Weberson é filho de Roraima, de São Luiz do Anauá, e me orgulha muito, não só por ser meu filho, mas pelo capricho, pela dedicação e pelo trabalho que ele vem executando. Quero parabenizá-lo e parabenizar o Estado de Roraima por ter um jovem presidente de uma instituição bancária de fomento, que é diretor da Associação Nacional, onde tem gente do Banco do Brasil, Caixa Econômica, todos eles têm assento lá. O Weberson foi contemplado e parabéns a ele e obrigado a todos os colegas por ajudá-lo. Em todos os Projetos que veio aqui da Agência de Desenvolvimento de Roraima nós

tivemos o apoio unânime de todos os colegas. Então era só isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Joaquim Juiz** – Quero parabenizar o Weberson por esse prêmio que ele recebeu em sua vida, tão jovem. E quero lembrar a base do Governo que, como o Vicente é insubstituível, agora aparece um nome que pode muito bem ir para a ADERR, com toda uma qualificação profissional, que é do Presidente da Agência de Fomento. Já que a base do Governo achava que não tinha ninguém do nível do doutor Vicente. Essa é uma prova que o Governo tem sim técnicos tão bem qualificados como o doutor Vicente, que é o Weberson, filho de nosso Deputado Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Jalser Renier** – Senhor Presidente, apenas para convidar todos os servidores aqui desta Casa, todas as pessoas que estão nos assistindo, os alunos de direito e todos que têm interesse em trabalhar, em estudar, e se preparar para o concurso público que nós vamos fazer esse ano aqui na Assembleia Legislativa. Nós teremos uma aula inaugural na sexta-feira. Eu quero convidar todos os Senhores Deputados e servidores, que nós teremos aqui um aulão promovido pelo Superintendente Legislativo desta Casa, que é o doutor Júnior, como o Willer, que está aqui também. Nós convidamos todos os servidores porque isso é interessante para a Assembleia Legislativa. Nós temos um prédio que vamos inaugurar no Pintolândia, dando oportunidade para alunos se aperfeiçoarem no curso de inglês, espanhol, concursos públicos, que nós vamos abrir. E através da Escola do Legislativo, estamos criando um programa gratuito para as pessoas fazerem cursos de pós-graduação e mestrado. A nossa intenção é exatamente criar esses espaços para que os servidores da Assembleia possam ter essa oportunidade. Então, convido a todos para sexta-feira, a partir das 19 horas.

O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - E não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 1º de junho, à hora regimental. Registraram presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Jalser Renier, Jânio Xingú, Joaquim Ruiz, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Odilon Filho, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galetto.**

DAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
 GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ÀS COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
TERMO DE REUNIÃO N.º 004/17
 05 DE SETEMBRO DE 2017

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezessete, o Senhor Deputado **George Melo**, Presidente desta Comissão, convocou os Senhores Parlamentares Jorge Everton, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Lenir Rodrigues e Mecias de Jesus, para reunião extraordinária, com a finalidade de apreciar e deliberar Proposições constantes da Ordem do Dia: **1) Mensagem Governamental de Veto nº 059/2017**, que veto parcialmente o Projeto de Lei nº 050/2017, de autoria do Poder Executivo que, “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2018 e dá outras providências.”; **2) Mensagem Governamental de Veto nº 060/2017**, que veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 010/2017, de autoria do Poder Executivo, que “Altera e acrescenta dispositivos à lei Complementar nº 052, de 28 de dezembro de 2001, e a Lei Complementar nº 2019, de 09 de dezembro de 2013 e dá outras providências.”; **3) Mensagem Governamental de Veto nº 061/2017**, que veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 009/20017, de autoria do Poder Executivo que, “Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência dos Militares do estado de Roraima -RPPM, de que trata o art.42, §1º, c/c art. 142, §3º, X, da Constituição Federal, e dá outras providências.”; **4) Mensagem Governamental de Veto nº 062/2017**, que veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 007/2017, de autoria do Poder Executivo que, “Institui o Plano de Cargos, carreira e Remuneração dos Agentes Penitenciários do Estado de Roraima, regulamenta o ingresso na carreira e dá outras providências.”; e **5) Mensagem Governamental de Veto nº 063/2017**, que veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 008/2017, de autoria do Poder Executivo, que “Acrescenta e altera as redações da Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012, altera a redação da Lei Complementar nº 224, de 28 de janeiro de 2014 e dá outras providências.” Assinaram a folha de presença os Senhores Parlamentares: **George Melo** – Presidente, **Jorge Everton** – Vice-presidente e **Lenir Rodrigues** – Membro. O Senhor Presidente encerrou os trabalhos por falta de *quorum* regimental. Para constar, eu, Mirele Salvadori, secretária, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

George Melo
 Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 0322/2017

A Superintendência Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE

Art.1º Conceder ponto facultativo no dia 08.09.2017 aos servidores desta Casa Legislativa.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 05 de setembro de 2017.

ANTONIO LEOCÁDIO VASCONCELOS FILHO
Superintendente Geral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO-ALE/RR
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 002/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de assessoramento e consultoria para captação de recursos de transferências voluntárias e não voluntárias da união, e outros entes da federação, para apoio as Prefeituras e Câmaras Municipais de Estado de Roraima por intermédio do Centro de Apoio aos Municípios do Estado de Roraima – CAM/ALE-RR.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima por meio da Comissão Permanente de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados, que a sessão pública para realização do procedimento licitatório em epigrafe, fica adiada “Sine-Die”, devido a Impugnação Interposta.

Boa Vista-RR, 05 de setembro de 2017.

Lincoln Johnson Batista de Mendonça
Presidente da CPL/ALE-RR

CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017

O Superintendente Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a resolução nº 389/2016 do dia 27 de dezembro de 2016, conforme Art. 26, caput da Lei Federal nº 8.666/93, na forma da Lei:

CERTIFICA que, analisando a solicitação constante do Processo nº

0304/2017, oriundo da SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA/ALE-RR, encontrou respaldo no art. 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93, com base no PARECER Nº 195/2017/CONSAD/ALE-RR, ficando caracterizada a sua DISPENSA DE LICITAÇÃO, referente a locação de 01 (um) imóvel para atender ao almoxarifado da Diretoria de Logística, em favor da senhora Maria de Lourdes Pinheiro, inscrito no CPF sob o nº 225.388.282-87, no valor mensal de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), de acordo com as especificações constantes do PAM Nº 0304/2017.

Isto posto, RATIFICA, conforme determina a Lei nº 8.666/93 em seu artigo 26, *caput*, a vista do PARECER Nº 195/2017/CONSAD/ALE-RR, a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017, referente ao PROCESSO Nº 0304/2017, com fundamento no artigo 24, inciso X, da Lei Nº 8.666/93, com objeto: locação de 01 (um) imóvel para atender ao almoxarifado da Diretoria de Logística, em favor da senhora Maria de Lourdes Pinheiro, inscrito no CPF sob o nº 225.388.282-87, no valor mensal de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais).

Boa Vista-RR, 04 de setembro de 2017.

Antônio Leocádio Vasconcelos Filho
Superintendente Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
RESOLUÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 4142/2017-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº389/2016-MD

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar **Thais Mariana Herculano Cordeiro**, matrícula 17837, CPF: 015.663.592-52, do Cargo Comissionado de CA-9 Chefe de Nucleo de Estatísticas, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, em conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de julho de 2011, publicada no Diário da ALE nº 1150 de 26.07.2011 e suas alterações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor com efeitos financeiros a partir de 01 de setembro de 2017.

Boa Vista - RR, 05 de setembro de 2017.

GEORGIA AMÁLIA FREIRE BRIGLIA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 17812


abrindo caminhos

O programa **Abrindo Caminhos** da Assembleia Legislativa de Roraima está com inscrições abertas para os cursos de:

Teatro, Balé, Música, Informática e Jiu-jitsu

Para crianças e adolescentes de 5 a 17 anos

As inscrições podem ser feitas na sede do Abrindo Caminhos, no bairro Cambará, av. São Sebastião, nº 883.

Mais informações: (95) 98402-5014

